

## OGM – Não, obrigado!

09-Out-2007

A "acção directa" de dezenas de apoiantes do movimento "Verde Eufonia" contra a plantação de milho transgénico, no concelho de Silves, trouxe à luz da opinião pública portuguesa, com o tradicional atraso, um problema que mobiliza cidadãos e governos de vários países e continentes. A direita política e ideológica, naturalmente, colocou a defesa da "sacrossanta" propriedade privada acima de tudo, como se a propriedade - ainda por cima dum bem finito como a terra - não devesse estar subordinada à função social que ela desempenha... ou deveria desempenhar.

O governo Socrates e o seu ministro da Agricultura, Jaime Silva, afinam pelo mesmo diapasão. Na ausência de mostrar serviço, apressaram-se a colar a acção do "Verde Eufonia" um rótulo partidário - o que, além de manipulador, é manifestamente falso e redutor. Independentemente das apreciações sobre o alvo escolhido, a forma e os meios utilizados que têm a marca própria dos promotores, é óbvio que a direita e o "centro" querem sobretudo evitar uma discussão séria e aprofundada sobre os transgénicos, não apenas do ponto de vista ambiental e da saúde pública, mas também em termos de autodeterminação dos produtores agrícolas e de soberania alimentar.

Entretanto, pela calada, os OGM vão ganhando espaço, impõem-se como facto consumado e podem vir a transformar-se numa verdadeira praga. A Direcção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural anotou a existência em Portugal de 163 explorações de milho transgénico, num total de 4200 hectares. A área de cultivo de OGM quadruplicou entre 2006 e 2007, tendo o Alentejo uma triste liderança deste tipo de culturas, com quase 2400 hectares de milho geneticamente modificado.

No recente debate sobre Alqueva, realizado em Moura, com base na experiência de luta do MST no Brasil, Alípio de Freitas denunciou os transgénicos, "como um assalto ao património de todos os povos que desenvolveram sementes ao longo dos tempos. Mais: "com os transgénicos, as sementes guardadas não se reproduzem; é preciso comprá-las todos os anos, em 'kits' que incluem herbicidas e insecticidas exclusivos". As transnacionais do sector monopolizam as produções e vendem a preços baixíssimos, arruinando os produtores tradicionais do terceiro mundo - um efeito paradoxal para quem se propõe acabar com a fome. Além disso, como os transgénicos quase não requerem mão-de-obra e pagam "imposto" ao dono da patente, colocam os agricultores e os países na sua progressiva dependência - caso evidente das plantações de soja no Brasil.

Não

é impunemente que, em Maio deste ano, o governo alemão bania a venda para sementeira do milho "Mon 810", até então autorizado. Ao exigir a empresa comercializadora - Monsanto - um plano de monitorização e impacto ambiental, o governo alemão congelou de facto as novas culturas OGM. A 21 de Setembro o ministro do ambiente francês declarou que, não sendo possível controlar a disseminação de OGM é inadmissível correr riscos, congelando a venda de sementes OGM. A França pode juntar-se à Alemanha, Polónia, Áustria e Grécia e Hungria, no conjunto dos países europeus que baniram o cultivo de sementes transgénicas.

É

este princípio da precaução que orienta o projecto de Resolução apresentado pelo BE na AR, propondo uma moratória de três anos sobre o cultivo de sementes que contendo OGM. A precaução justifica-se plenamente, dada a permissividade do

governo SÃ3crates: ao autorizar a plantaÃ§Ã£o de milho transgÃ©nico em Silves, nos termos da Portaria 904/2006, o MinistÃ©rio da Agricultura desprezou diversas assembleias municipais da regiÃ£o e a prÃ3pria Assembleia Metropolitana que tinha declarado o Algarve "zona livre de OGM", em Abril de 2007.

No Alentejo, a mesma atitude de precauÃ§Ã£o impÃµe-nos seguir os bons exemplos. HÃ¡ pelo menos um concelho - Odemira - cuja Assembleia Municipal jÃ¡ se declarou como "zona livre de transgÃ©nicos"; resta saber se esta declaraÃ§Ã£o Ã© respeitada na vasta Ã¡rea de regadio da barragem de Santa Clara. Por maioria de razÃ£o, na zona de influÃªncia de Alqueva e nos perÃ4metros de rega do Alentejo, impÃµe-se que as autarquias promovam uma discussÃ£o pÃºblica participada sobre os OGM, capaz de mobilizar os mais diversos sectores: escolas, profissionais de saÃºde, agricultores, ambientalistas, etc.

De imediato, devem ser identificadas as exploraÃ§Ãµes agrÃ4colas que jÃ¡ utilizam OGM, sendo as suas consequÃªncias estudadas e monitorizadas. Na conclusÃ£o deste vasto processo de maturaÃ§Ã£o cÃ3vica e ambiental, cada assembleia municipal deverÃ¡ pronunciar-se sobre o cultivo de OGM; e, se for essa a vontade dos Ã3rgÃ3os deliberativos dos 47 municÃ4pios, o Alentejo declarar-se-Ã¡ "zona livre de transgÃ©nicos". A experiÃªncia do Algarve mostra que sÃ3 um processo participativo de grande envergadura poderÃ¡ tornar esta declaraÃ§Ã£o efectiva e nÃ£o meramente simbÃ3lica, forÃ§ando o governo a revogar absurdos legislativos com a portaria 904/2006.

Queremos o ALENTEJO LIVRE DE TRANSGÃ©NICOS. Para valer e antes que seja tarde!

CrÃ3nica semanal na RÃ¡dio Pax â€” 09/10/2007

Ã

Ã